

Comunicando com as comunidades de baixa-renda: construindo uma arquitetura social e participativa

DORNELLES, Beatriz; BIFFIGNANDI, Fernando

Resumo

Este artigo debate a forma de pensar a comunicação no relacionamento entre os arquitetos e urbanistas que produzem habitação social e as comunidades de baixa-renda em nosso país. Nos dias de hoje, discutir um processo de comunicação que envolva comunidades carentes, utilizando o princípio da interatividade, pressupõe uma mudança de paradigma desvinculada da lógica presente nos procedimentos tradicionais. Através de referenciais teóricos pertinentes, buscamos abrir as portas para o debate, apontando alguns preconceitos históricos a partir dos quais a capacidade de compreensão se confunde com a capacidade intelectual daqueles que devem receber orientações técnicas sobre seu novo tipo de vida.

Palavras-chave: comunicação social – comunidade – planejamento urbano – arquitetura de interesse social – transdisciplinaridade.

Abstract

This article aims to discuss the way of thinking about communication in this relationship between the architects and planners that produce social housing and low-income communities in our country. Nowadays, to discuss a communication process that involves communities in need, using the principle of interactivity, requires a paradigm shift, independent of logic present in traditional procedures. Through theoretical, seek to open the doors to the debate by reviewing some historical prejudices, where the capacity for understanding is intertwined with the intellectual capacity of those who should receive technical guidance on your new life style. His future through new home.

Keywords: popular communication – community – urban planning; social housing architecture – transdisciplinarity.

Introdução

Neste estudo apresentamos uma reflexão sobre a condição humana refletida nas dificuldades de comunicação entre o corpo técnico que produz a habitação social e seus usuários – as comunidades mais pobres do Brasil. O desafio dos técnicos dessa

área deve ser a eficácia no processo de comunicação comunitária, quando se deseja orientar, integrar e repassar informações em todos os níveis, desde o cumprimento da legislação vigente até mesmo à maneira correta de usar um vaso sanitário.

Buscamos identificar alguns dos problemas presentes nessa relação comunicacional entre as fa-

mílias de baixo poder aquisitivo (beneficiadas nos Programas de Habitação Social) e os projetos para as suas novas moradias, cujo cumprimento de cada uma dessas etapas pressupõe que a comunidade deva ser informada e, sobretudo, ouvida em um processo definido como participação popular ou planejamento participativo.

A concepção de gestão participativa, adotada por diversas esferas governamentais, segundo Fedozzi (2004), não é inédita na história do Brasil, mas adquiriu um novo *status* na agenda política nacional em razão das múltiplas transformações estruturais que vêm ocorrendo nas últimas três décadas. O autor enfatiza que, a partir da transição das décadas de 1970-80, surgiram novos atores e movimentos populares urbanos que passaram a lutar – na esfera pública que se ampliava – pelos direitos básicos da cidadania, abrindo novas “possibilidades de práticas inovadoras de gestão pública, ampliando-se experiências de participação da população na gestão local por meio de diversos arranjos criados para tal objetivo” (Fedozzi, 2004, p. 5).

Assim, alinhados com a nova visão de repensar o ordenamento da cidade, diversos mecanismos legais vêm sendo desenvolvidos para o enfrentamento das graves questões sociais urbanas e, dependendo da ocupação, de questões ambientais e de regularidade. A regularização fundiária abre um novo caminho, visando à urbanização e à posse da terra para as comunidades que vivem em áreas públicas e sem infraestrutura. Seu objetivo, também, consiste em garantir a permanência dos moradores no próprio local após serem implantadas as obras, permitindo sua integração com a cidade, agregando melhorias na saúde, segurança, lazer e locomoção. Trata-se de uma realidade complexa que envolve diversas etapas e que não se esgota com o processo de entrega das casas. Essas famílias que antes habitavam em “malocas”¹ agora terão uma casa, um endereço, enfim, a tão proclamada cidadania.

A comunicação – como elemento fundamental dessa relação – confere um novo sentido à vida dessas famílias na sociedade: a importância em abrir espaço no universo fechado da exatidão dos projetos urbanísticos e arquitetônicos, dedicando uma

1 O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa possui diversos significados para esta expressão. A que mais se aproxima de nossa situação é aquela que se refere a “maloca” como “casa muito pobre, bastante rústica; choupana, rancho, barracão. Domicílio familiar, casa”.

visão mais humana a esse grupo de pessoas especiais que, devido à sua condição de vida e de exclusão social, tem na incapacidade de compreensão sua dificuldade maior.

Questões importantes servem como linhas mestras no balizamento do tema estudado: adequar a linguagem empregada através da transdisciplinaridade no formato da relação, decodificando os conceitos técnicos empregados na linguagem de arquitetura como forma de derrubar as barreiras presentes nesse processo, além de desmistificar o estereótipo da incapacidade intelectual, por vezes adotada como forma de poder junto às comunidades atendidas.

A defesa da importância da interatividade no campo da comunicação se ampara nos preceitos metodológicos contidos na “Educomunicação”, de Paulo Freire² e na “Folkcomunicação”, de Luiz Beltrão;³ a primeira abordagem contribui para a compreensão e decodificação das diversas formas de linguagem utilizadas, enquanto a segunda evidencia a manutenção da identidade e as percepções culturais das populações envolvidas em cada processo de comunicação.

Contextualizando o objeto de pesquisa

A história nos mostra que o crescimento das grandes cidades brasileiras foi gerado pelo desenvolvimento econômico e, com ele, seu processo de urbanização. Bonduki (2004) enfatiza que, ao contrário do que ocorrera na República Velha, a construção de um modelo de habitação operária não era apenas um discurso ideológico desvinculado de estratégias concretas, de modo que “tornou-se urgente encontrar soluções habitacionais compatíveis com o novo ciclo de expansão econômica e com o desenvolvimentismo” (Bonduki, 2004, p. 77).

Aspectos como a concentração de renda, desigualdade social e desemprego fizeram com que

2 Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), educador e filósofo pernambucano, tem destacada participação na área da educação popular. De grande atividade intelectual, desempenhou a função de Consultor especial para assuntos de educação no Ministério de Educação e Cultura.

3 Luiz Beltrão de Andrade Lima (1918-1986) foi pesquisador, educador e divulgador científico, produziu conhecimento midiático ancorado na vivência profissional e tornou-se também o primeiro Doutor em Comunicação do Brasil (Universidade de Brasília, 1967).

grande parte da população ocupasse as áreas de cidades menos valorizadas, projetando sua vida na informalidade, em assentamentos irregulares. As razões apontam para o excessivo custo da terra urbanizada nas cidades brasileiras, aliado à baixa capacidade de remuneração das famílias e sua dificuldade de acesso às alternativas habitacionais oferecidas no mercado formal. A insuficiência de políticas habitacionais para as famílias de baixa renda é um fator que levou um significativo contingente da população a viver em assentamentos precários de maneira informal. Construções em áreas impróprias para moradia ou sujeitas a riscos naturais.

Na visão de Schawartzman (2004), o tema da exclusão social no Brasil deveria conter uma análise dos direitos sociais legalmente estabelecidos:

Uma análise que se limitasse a cotejar os direitos formais com seu atendimento deixaria de lado dois aspectos cruciais desta questão, que são os mecanismos pelos quais o setor público vem, ou não, procurando atender a esses direitos, e as formas que a sociedade tem buscado para garantir que esses direitos sejam atendidos e que, na sua ausência, criam situações de exclusão (Schawartzman, 2004, p. 38).

Importante ressaltar que, nas grandes cidades brasileiras, o desenvolvimento de um projeto urbano envolve técnicos de diversas áreas. São dezenas de profissionais de arquitetura e engenharia, trabalhando nas plantas das novas unidades habitacionais, buscando respeitar as características de cada grupo populacional. Cada grupo composto, em sua maioria, por famílias ocupantes de áreas irregulares de alto risco ou impróprias para a moradia (que antes viviam à margem da sociedade) terá uma casa, um endereço, enfim cidadania.

Ao buscar a construção da cidadania, os moradores discutem, em conjunto, seu papel como fomentadores da inclusão e desenvolvimento social. Surgindo como direito social, através de instrumentos coletivos na busca dos direitos Individuais (liberdade, igualdade, direito à vida digna), devemos recordar que cidadania, em seu significado etimológico, deriva da palavra civita, que, em latim significa cidade, e que tem seu correlato grego na palavra politikos, ou aquele que habita na cidade. Necessário, portanto, ressaltar que o conceito de cidadania sempre esteve vinculado à participação, de modo direto ou indireto, na formação dos governos e administrações, sobretudo, no direito de votar e ser votado.

Tomando como referência Marshall (1967) e sua definição clássica do conceito de cidadania,

compreenderemos que ela evidencia o princípio básico de que todos os indivíduos são considerados cidadãos, reconhecidamente beneficiários dos direitos universalmente dispostos pelo Estado e seus pares, isto é:

O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar por completo, na herança social e levar uma vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (Marshall, 1967, p. 63).

Nesse sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor, pois “só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão” (Covre, 1991, p. 10). Nesses termos, os movimentos sociais não ocorreram por acaso, “eles têm origem nas contradições sociais que levam parcelas ou toda uma população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe do poder” (Festa & Silva, 1986, p. 11).

Dessa mesma perspectiva, podemos compreender a cidadania como um processo histórico que “depende da força organizativa e mobilizadora das pessoas e das articulações e organizações sociais por elas criadas. Ela se baseia em dois princípios fundamentais: igualdade e liberdade” (Peruzzo, 2009, p. 34).

Assim, verificamos que o surgimento dos movimentos sociais populares ocorre através de uma ação coletiva, na busca por empregos, educação, saúde e moradia. Esses movimentos foram historicamente exercidos nas comunidades de baixa renda por lideranças ou associações de moradores, nas quais a presença do líder comunitário equivale à posição de representante político (ou o desejo de sê-lo). Nesse contexto, ele surge como aquele indivíduo que se destaca em seu grupo, exercendo representatividade através da motivação, organização e responsabilidade.

Nessas condições, “a tendência para liderar não é um atributo de todos [...]. Certamente, muitas pessoas não desenvolvem sua capacidade de liderança por falta de oportunidade” (Schithler & Kisil, 2008, p. 8) O exercício da representatividade não é uma tarefa simples, devendo a complexa relação existente entre os profissionais que produzem a habitação de interesse social e as comunidades atendidas ser encarada como uma experiência em

contínua construção, incluindo a preservação de seus valores nesse processo de transformação social.

A estreita relação comunitária

Enfocando nossa abordagem no processo da comunicação das etapas de regularização urbana, penetramos em um terreno permeado por conflitos, fruto da incompatibilidade entre diferentes grupos e de forte desigualdade social. As periferias, como cenário desse embate, expõem a fragilidade de seus personagens, deixando transparecer o lado negativo do desenvolvimento urbano, transformando as comunidades populares em vilãs, responsáveis pelo processo de degradação espacial da cidade.

A vida em uma ocupação irregular é um somatório de problemas, como a falta de infraestrutura básica, energia elétrica, sistema de esgoto e coleta de lixo, componentes vitais no processo de urbanização. Uma vez iniciado o processo de regularização urbana e fundiária pelas prefeituras de grandes cidades, começa o relacionamento entre urbanistas e a comunidade atendida. Define-se o cronograma de reuniões com as equipes técnicas em conjunto com as associações de moradores, que sempre apresentam um número expressivo de famílias.

No lançamento de cada projeto urbanístico é essencial repassar o conhecimento de forma conjunta com cada família envolvida, incentivando a necessária participação coletiva junto aos técnicos responsáveis. Ao fazermos referência aos profissionais de arquitetura e urbanismo envolvidos, reconhecemos sua competência e capacidade técnicas pertinentes à sua formação: o planejamento urbano. Porém, ao analisar o formato de comunicação presente na relação dos técnicos com os moradores das vilas populares, o domínio intelectual carece de um referencial teórico que permita o diálogo com populares leigos em arquitetura e urbanismo.

Nesse sentido, “o papel do intelectual não é mais o de se colocar um pouco na frente ou um pouco de lado para dizer a muda verdade de todos”, de modo que seja seu dever lutar contra as “formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da verdade, da consciência, do discurso” (Foucault, 2004, p. 42).

A estreita relação que envolve realidades tão distintas entre o corpo técnico e as comunidades carentes ensina a busca de uma alternativa teórica que agregue eficácia nesse processo de comunicação, tendo como diretriz o diálogo. A troca de informações, através da interatividade e do respeito às

peculiaridades de cada grupo, será fundamental na busca de referenciais que auxiliem a compreensão desse complexo modelo de comunicação.

A comunicação e os processos interativos

A história mostra que os modelos de comunicação interpessoal são similares aos preconizados por Aristóteles e sua Retórica, diferenciados apenas pela complexidade apresentada por cada um. Desde a teoria formulada por Lasswell,⁴ com a manutenção da base aristotélica, passando pela readequação proposta por Nixon,⁵ a comunicação continuou sendo compreendida como um fluxo linear. Uma via de mão única, na qual a fonte, como detentora do poder decisivo sobre qual mensagem enviar, é transmitida como um sinal até encontrar o seu receptor. Somente em 1949, com Shannon⁶ e Weaver,⁷ esse paradigma da comunicação é rompido, através do desenvolvimento de um novo modelo que enfatiza a interatividade do receptor e a presença do *ruído*. O significado de *ruído* é algo acrescido ao sinal, entre a transmissão e a recepção, e não previsto pela fonte, sugerindo problemas de interpretação de seu significado. Surge, com esse modelo, a necessidade de um codificador e um decodificador semântico.

Assim, a própria natureza, ao longo do processo de evolução, encarregou-se de preparar cada indivíduo para a comunicação:

Através dos sentidos como executores dos processos de emissão e recepção, onde os elementos bá-

4 Harold Dwight Lasswell (1902-1978) é considerado o pai da moderna Ciência Política, tendo importância decisiva nos estudos dessa área do conhecimento até hoje. Também é considerado um dos mais importantes pensadores da Teoria da Comunicação.

5 Raymond B. Nixon (1904-1997) foi fundador da *International Association for Media and Communication Research (IAMCR)* e editor da revista *Journalism Quarterly*, a mais antiga publicação periódica do campo comunicacional. Exerceu papel destacado na sedimentação da comunidade norte-americana de ciências da comunicação.

6 Claude Elwood Shannon (1916-2001), engenheiro eletricitista e matemático, é considerado o fundador da Teoria da Informação.

7 Warren Weaver (1894-1978), matemático e pesquisador científico, foi diretor da *Rockefeller Foundation's Natural Science Division*.

sicos da comunicação estão baseados na realidade ou situação onde ela se realiza e sobre a qual tem um efeito transformador; nos interlocutores que dela participam; nos conteúdos ou mensagens que elas compartilham; e, finalmente, nos meios que empregam para transmiti-los (Bordenave, 1994, p. 40).

Existe um processo de *troca*, em que as diferenças constituem a singularidade de cada uma delas, propiciando a construção e a apropriação de novos saberes a partir de uma comunicação em cadeia. A escolha da melhor linguagem será a ferramenta adequada para que haja uma compreensão satisfatória.

Nesses termos, uma mensagem ou informação não é comunicação senão um modo relativo: “ao adquirir as características socioculturais do ambiente social ao qual pertence, o homem terá, na linguagem, a representação de sua realidade” (Martino, 2010, p. 16). Ou seja, a concepção interpessoal é fundamental para qualquer arquiteto e urbanista, quanto mais àquele que tenha como dever de ofício profissional relacionar-se com comunidades de vilas populares.

Acreditamos ser necessária uma nova filosofia de *pensar e agir*, na qual o técnico abdica da exclusividade do saber, abrindo espaço também para o aprendizado mútuo, uma conjugação de fatores de alcance múltiplo através da flexibilidade presente no relacionamento dialógico, em que saber comunicar passa a depender dos conhecimentos interpessoais pré-existentes. No relacionamento interpessoal, devemos considerar o retorno ou *feedback*,⁸ fundamental na análise da forma com que as informações estão afetando um ou mais integrantes de um determinado grupo. Sem essas informações, é quase impossível ter o controle do grau de evolução e a satisfação de cada um no processo.

As relações interpessoais transcorrem em decorrência do processo de interação, não se relacionando “diretamente com a competência técnica de cada pessoa [...]. Profissionais competentes individualmente podem render muito abaixo de sua capacidade por influência do grupo ou situação de trabalho” (Moscovici, 2003, p. 34). De outra parte, Casado (2002) entende que o homem, como ser social, possibilitou e garantiu a vida social através dos diferentes sistemas de comunicação que desenvol-

veu. Ao interagir com seus semelhantes, “utilizando um código comum, inteligível”, o homem fez mais do que informar e ser informado sobre as coisas do mundo: “ele agregou novas formas de organização do próprio pensamento, ampliando a consciência de si próprio, de seu lugar no mundo e de sua responsabilidade social” (Casado, 2002, p. 271).

Falar a língua do povo deveria ser algo natural para qualquer organização compreender as necessidades de seu público-alvo. Seu atendimento deve pressupor uma comunicação simples e adequada, por vezes diferenciada daquela linguagem normalmente empregada, impondo a necessária aceitação de códigos e símbolos para a manutenção dessa relação.

Contextualizando a questão da comunicação para o universo das famílias carentes, percebemos as dificuldades em dissociar o relacionamento humano de cada atividade técnica realizada. Ou seja, é preciso reconhecer as características subjetivas, presentes nas vilas populares, para absorver seus conhecimentos de vida. Na acepção habermasiana, “a linguagem só existe como linguagem de um povo”, abordagem que reproduz o conceito de Hegel⁹ de que a “razão da utilização de símbolos representativos como primeira determinação ao espírito abstrato [...] na dimensão do espírito real, a linguagem adquire existência como sistema de uma determinada tradição cultural” (Habermas, 1968, p. 31). O autor entende que a consciência, uma vez externada, interage com outras, transformando-se automaticamente em uma nova, diferente.

A língua se torna verdadeira apenas quando expressa a ideia do grupo, preservando as individualidades formadoras de seu conteúdo. Essa interação dos saberes coletivos origina um processo transdisciplinar, baseado na vivência cotidiana de cada comunidade que, de acordo com Martino (2010), deverá fornecer informações preciosas para uma comunicação eficaz, em que o “código nada mais é que uma organização”, um processo que o autor classifica como os “traços materiais dispostos, arranjados, sobre o suporte, e, portanto, tornando-se uma informação” (MARTINO, 2010, p. 18).

8 Expressão de origem inglesa que, em comunicação, tem o sentido de retorno e consiste na *informação* sobre o desempenho, conduta ou ação executada, objetivando reorientar ou estimular comportamentos futuros mais adequados.

9 Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo e autor de um esquema dialético no qual o que existe de lógico, natural, humano, e divino oscila perpetuamente de uma tese para uma antítese, e de volta para uma síntese mais rica.

A transdisciplinaridade como alternativa de diálogo

Considerando a relação com as comunidades carentes no contexto social e urbano, nossa hipótese reforça a ideia de que, ao adotar uma visão transdisciplinar, o processo comunicacional adquire um novo sentido, isto é, se concebe “que o prefixo ‘trans’ diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina”. Seu objetivo é a “compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento” (Nicolescu, 2001, p. 11).

A transdisciplinaridade surge como uma alternativa de pensamento, em meio ao formato globalizado de comunicação e ao compartilhamento dos saberes, contrapondo-se ao modelo cartesiano¹⁰ de fragmentação do conhecimento, utilizado por muitos profissionais ao repassar as informações técnicas para as comunidades de baixa renda. Sob esse prisma, nossa experiência profissional indica que, ao agregar o conhecimento de cada família envolvida, desde o lançamento das bases e definições dos projetos urbanísticos, o incentivo à participação comunitária passa a ser uma ação essencial que poderia evitar conflitos de fácil resolução.

A abordagem transdisciplinar propõe a religação desses saberes compartimentados, como uma ponte entre as disciplinas que facilita o diálogo e a integração do conhecimento. A evidência da realidade social, presente no relacionamento entre os urbanistas e as comunidades carentes, permite a exploração de algumas potencialidades que favorecem sua compreensão. Um convite para a reflexão do saber comum, ou seja, o conhecimento a partir de múltiplas disciplinas integradas de forma interativa, mas sem abdicar de suas especificidades.

Ao considerarmos a presença dos profissionais na apresentação de seus projetos técnicos às comunidades carentes, compreendemos que a transdisciplinaridade configura-se como elemento-chave nessa transmissão de conhecimentos mútuos através da interação das vivências. Ela possibilitará que cada profissional de projeto tenha condições de de-

sempenhar o papel de multiplicador nesse processo de desenvolvimento, classificado como comunicação cidadã. Penetrando no universo das populações marginalizadas, desprovidas de conhecimento formal e acadêmico, deve-se buscar interpretar suas necessidades, garantindo o direito à informação e à manifestação de suas opiniões.

Tal relação permite a transparência do conhecimento dialógico, fruto da convivência, da compreensão das necessidades compartilhadas através das experiências adquiridas. Ouvir as pessoas é a matéria-prima da inter-relação pessoal comunitária, e a valorização das qualidades desses atores sociais confere ao conjunto um sentido maior de responsabilidade social. Trata-se da união de esforços particulares e responsabilidade coletiva.

Não devemos esquecer que, ao trabalhar com comunidades carentes, é obrigação do arquiteto e urbanista propor projetos em conjunto com cada morador, detentor de um direito que garantirá a certeza da satisfação, promovendo dentro de suas possibilidades o bem-estar de uma família. Um grande número de variáveis concorre para a compreensão dos fenômenos que cercam a relação entre o comportamento humano e seu ambiente (construído ou natural) ou, em outras palavras, o morador e sua casa:

Essas limitações estão relacionadas, sobretudo, ao papel do arquiteto na solução de problemas espaciais (que envolvem necessariamente algumas importantes dimensões comportamentais) em níveis que variam do individual ao coletivo, e em instâncias de uso do espaço que variam do privado ao público, ao utilizar procedimentos projetuais que são adequados para a solução de problemas de um modo centrado no próprio arquiteto-urbanista, que controla a tomada de decisões acerca da totalidade ou da maior parte dos aspectos relevantes à constituição dos espaços arquitetônicos e urbanísticos (BARRETO, 2011, p. 2).

Assim, a complexa relação entre os arquitetos e as comunidades carentes deve ser encarada como uma experiência em contínua construção, com a devida manutenção desses valores no processo de transformação social, respeitando-os e aceitando as diferenças.

A linguagem como poder, mito e estereótipo

Mesmo considerando os avanços das ciências sociais e o estudo do conhecimento, observamos

10 Modelo desenvolvido pelo filósofo francês René Descartes (1596-1650), o qual preconiza que a natureza, assim como a Matemática, pode ser dividida em inúmeras partes, mais simples, mais fáceis de estudar, pois, segundo o pressuposto, entendendo-se as partes, entender-se ia o todo.

que o processo de *incomunicação* dificulta a simples leitura do mundo real, pois “tudo é visível, mas cada vez menos compreensível” (WOLTON, 2006, p. 49). Se cada profissional técnico, ao utilizar um vocabulário específico (aprendido nos meios acadêmicos e propagados no universo fechado dos escritórios) acreditar que poderá ser compreendido pelas comunidades mais carentes estará incorrendo em grave equívoco social.

Estamos diante de uma forma indireta de poder, o poder da linguagem, cujo uso, na verdade, serve apenas para encobrir a deficiência de desconhecimento do linguajar mais simples, falado pela população em geral, reforçando uma postura, por vezes assoberbada, de superioridade intelectual sobre a população supostamente *inculta*. Ressalte-se que a forma “opressiva e fascista” da linguagem expressa uma relação onde “servidão e poder se confundem inelutavelmente [...]. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva” (BARTHES, 1978, p. 11).

Transferindo esse conceito para a realidade das comunidades mais pobres, encontraremos algumas das razões que levam à sua estigmatização, por esquecerem ou falarem sem preocupação com as regras da língua culta. Barthes entende que são necessárias condições especiais para que a linguagem se transforme em mito. Mas o que se deve estabelecer solidamente desde o início é que o mito é um sistema de comunicação, uma mensagem: “eis por que não poderia ser um objeto, um conceito ou uma ideia: ele é um modo de significação, uma forma” (BARTHES, 2009, p. 199). Logo, o mito seria um produto das vivências adquiridas pela humanidade ao longo do tempo, refletindo a realidade de cada indivíduo, sua bagagem de vida. Dessa forma, ao enfocarmos o cotidiano das comunidades economicamente carentes, perceberemos que essa dificuldade intelectual é fruto da exclusão social, aliada a um sistema educacional deficiente.

Outra forma de preconceito reside na vinculação do conhecimento simples ao conceito de letramento, como se bastasse apenas o domínio da língua para que um indivíduo adquirisse o pleno desenvolvimento sociocultural. A má distribuição de renda e o sistema educacional deficiente são decorrentes de políticas públicas conduzidas de forma equivocada em nosso país, razão pela qual o grau de analfabetismo nas comunidades carentes atinge praticamente a todas as faixas etárias. Barthes alerta que, mesmo a linguagem sendo um objeto poderoso, “existe uma

batalha contra o estereótipo”, buscando evitar que o autoritarismo ganhe forma no discurso, contaminando-o sob todas as formas. Assim:

Combater os estereótipos é, pois, uma tarefa essencial, porque neles, sob o manto da naturalidade, a ideologia é veiculada, a inconsciência dos seres falantes com relação a suas verdadeiras condições de fala (de vida) é perpetuada [...], mas a luta contra o estereótipo e seu reino é certamente a tática mais segura para evitar que o discurso coalhe nas ilusões da naturalidade e nas tentações do autoritarismo (BARTHES, 1977, p. 57).

A desconstituição desses estereótipos, criados e reproduzidos pela sociedade, é também papel do técnico, através de uma proposta de relacionamento que compreenda as dificuldades culturais presentes nas comunidades carentes. Uma triste realidade de vida, em que seus acertos são diminuídos para ridicularizar seus erros!

A compreensão através da Educomunicação e da Folkcomunicação

Partindo dessa breve incursão teórica, iniciamos nossa abordagem metodológica referenciada pelos preceitos do diálogo entre a Educomunicação (de Paulo Freire) e a Folkcomunicação (de Luiz Beltrão) como conceitos complementares às funções cognitivas, reforçando seu conteúdo prático, a validação da aplicação teórica, representada na vida que brota do interior das vilas mais pobres.

Como vimos, comunicação e educação não são esferas distintas. Através da Educomunicação, essa ligação dialógica, comprometida com o social, origina uma nova forma de pensamento transversal em que os saberes populares são somados aos técnicos. Ela surge como elemento mediador, reconhecendo e valorizando o potencial da integração comunitária como estratégia para o fortalecimento do aprendizado através da metodologia de comunicação adotada.

Nesse sentido, lembramos de Paulo Freire, que, através da sua “Pedagogia do Oprimido”, preconizou a necessidade de uma educação dialógica com as pessoas mais simples, como um método realmente democrático, considerada internacionalmente como a primeira teoria latino-americana de Comunicação. Ao conceber que não existe ensinar sem aprender, Freire reforça a importância de se percorrer um único caminho, utilizando a co-

municação como elemento formador da cidadania através da participação dialógica, permitindo a livre expressão das ideias de todo indivíduo, sobretudo, dos mais humildes, como aqueles que habitam as vilas populares de qualquer metrópole brasileira:

Quero dizer que ensinar e aprender se vão dando de tal maneira que quem ensina aprende, de um lado, porque reconhece um conhecimento antes aprendido e, de outro, porque, observado a maneira como a curiosidade do aluno aprendiz trabalha para apreender o ensinando-se, sem o que não o aprende, o “ensinante” se ajuda a descobrir incertezas, acertos, equívocos (FREIRE, p. 259, 1997).

Dessa forma, a comunicação, para ser eficaz, deve garantir a participação de todos os envolvidos no processo, como agentes ou beneficiários das ações, planejando e, principalmente, executando, tendo como base a própria realidade existente. Uma aliança que respeita as vivências de cada grupo, cujos conflitos e diferenças são expostos a partir da linearidade da relação. Um processo que se valida através da construção mútua, resultando uma proposta consensual.

Ao se refletir sobre a substituição dos valores culturais presentes em cada comunidade, “o pensamento mágico não é ilógico nem é pré-lógico”, pelo contrário, ele possui uma “estrutura lógica interna e reage, até onde pode ao ser substituído ‘mecanicamente’ por outro”. Portanto, esse modo de pensar “está indiscutivelmente ligado a uma linguagem e a uma estrutura como a uma forma de atuar” (FREIRE, 1983, p. 19). Adotando uma postura que conjugue a educação com a comunicação, o urbanista tem a possibilidade de vivenciar o cotidiano de cada comunidade, descobrindo uma linguagem que favoreça a transmissão do conhecimento técnico e seus códigos, agindo como mediador no processo de interação social.

Ao evidenciarmos a Folkcomunicação como referencial teórico, consideramos sua relevância como forma de comunicação presente no universo dos grupos marginalizados¹¹ próximos às realidades encontradas na periferia de Porto Alegre, onde a análise dos diferentes contextos socioculturais transparece questões importantes, como a sua essência comunicativa. Os estudos de Beltrão (1980) são pressupostos básicos para o pensamento comu-

nicacional brasileiro e latino-americano. Ao dedicar parte de sua vida à compreensão da comunicação no âmbito científico, o pesquisador priorizou o Brasil e sua brasilidade, ao interpretar a realidade de seu cotidiano. A Folkcomunicação tem sido considerada por muitos pesquisadores um novo campo de aplicação da pesquisa latino-americana no âmbito das ciências da comunicação.

A Folkcomunicação propõe o diálogo como instrumento de negociação, comunicação e entendimento. Ao empregarmos os ensinamentos de Beltrão, descobriremos as formas com que o indivíduo não afetado diretamente pela mídia pode se comunicar em sociedade. A folkcomunicação é, por natureza e estrutura:

Um processo artesanal e horizontal, semelhante em essência aos tipos de comunicação interpessoal, já que suas mensagens são elaboradas, codificadas e transmitidas em linguagens e canais familiares à audiência, por sua vez conhecida psicológica e vivencialmente pelo comunicador, ainda que dispersa (BELTRÃO, 1980, p. 18).

Levando em consideração a importância desses princípios, compreendemos que o formato de comunicação utilizado entre os urbanistas e as comunidades populares reproduz o discurso impessoal presente em boa parte das repartições públicas. Ao desconsiderar o potencial da comunicação popular, muitos técnicos desprezam a cultura local oriunda da realidade das vilas populares brasileiras. Esses grupos concentram-se em favelas, construções populares de baixo custo ou nenhum custo em áreas periféricas dos centros urbanos. A habitação em si também gera doenças e incapacidade para o trabalho e para a integração/ascensão social de tais indivíduos (BELTRÃO, 1980).

A Folkcomunicação considera a existência de novas possibilidades para a comunicação, preservando a identidade social e cultural dos indivíduos ao mesmo tempo em que permite a troca de valores existentes como a expressão das ideias, preservando o aspecto natural e em detrimento da frieza institucional.

Considerações finais

A abordagem do conceito de cidadania faz perceber que grupos populares possuem uma forma particular de usar a comunicação, transmitida por várias gerações. Para o êxito do processo comunicacional, é vital interpretar cada manifestação, genuinamente forjada nas comunidades populares.

11 Beltrão (1980) conceitua marginal como um indivíduo “à margem de duas culturas e de duas sociedades que nunca se interpenetraram e fundiram totalmente”.

Muitos problemas poderiam ser evitados se houvesse uma preocupação em estabelecer uma classificação adequada nos termos empregados na linguagem. A pressuposição de que o conhecimento técnico – apreendido nos meios acadêmicos e propagado no universo fechado dos escritórios de arquitetura e urbanismo – pode ser assimilado (ou minimamente compreendido) por cada morador de uma comunidade carente permite explicar as dificuldades presentes nesse tipo de comunicação.

É imprescindível transgredir no uso da língua culta adotando uma comunicação compatível e equilibrada, por vezes dramatizada, se necessário, empregando a moderna tecnologia de maneira adequada, para que, através desta, se favoreça ao indivíduo das vilas populares a compreensão do objeto proposto – no caso, as informações contidas nos projetos de arquitetura e urbanização.

O resultado dessa complexa relação será a valorização das qualidades desses atores sociais, os quais, ao vivenciarem sua realidade, conferem ao conjunto desse trabalho um sentido de responsabilidade social: a união de esforços particulares e coletivos.

É preciso valorizar a complexidade cotidiana, a “cultura primeira”, como o senso comum preconizado por Maffesoli (2007) entre o erudito e o popular ou entre o científico e o empírico, que, sem nada perder de suas preocupações reflexivas,

pretende permanecer o mais perto possível de seu fundamento natural.

A necessidade de abrir ao diálogo às ideias advindas das comunidades mais pobres, reforçada pela compreensão de que não cabe somente ao intelectual produzir o conhecimento único, implica aceitar a heterogeneidade do saber como uma maneira de indicar o retorno à prioridade dos mecanismos de sociabilidade que a elas conferem condições de existência:

Esse é o novo paradigma que se apresenta para um mundo como em que vivemos, em permanente formação e transformação, a partir de novas referências partilhadas entre os homens gerando saber popular incorporado ou como afirma o intelectual, o senso comum que tanto apavora os detentores do saber (MAFFESOLI, 2007, p. 46).

É necessário que se adotem novos procedimentos comunicacionais que possibilitem a eficácia do processo, respeitando as diferenças e permitindo a inclusão social. Cada novo empreendimento será enriquecido com o envolvimento de todos os membros da comunidade, através da conscientização sobre a importância da comunicação, garantindo não apenas o direito à informação, mas à construção de sua própria identidade.

Referências

BARTHES, R. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 2009.

_____. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 2003.

_____. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978.

BELTRÃO, L. *Folkcomunicação: Um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

_____. *Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez, 1980a.

_____. *Teoria geral da comunicação*. Brasília: Thesaurus, 1980b.

BERLO, D. *O processo da comunicação: Introdução à teoria e prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BORDENAVE, J. *O que é comunicação*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CASADO, T. O papel da comunicação impessoal. In. FLEURY, M. et al. (orgs.). *As pessoas na organização*. São Paulo: Gente, 2002.

COVRE, M. *O que é cidadania?* São Paulo: Brasiliense, 1991.

FEDOZZI, L. *Caminhos alternativos para a construção da cidadania*. In: PACS. Instituto políticas alternativas para o cone sul. N° 09. Rio de Janeiro: Grafthaly, 1994.

FESTA, R. & SILVA, C. *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FREIRE, P. *Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho D'Água, 1997.

_____. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1983.

HABERMAS, J. *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1968.

MACHADO, I. O ponto de vista semiótico. In: HOHLFELDT, A. et al. (orgs.). *Teorias da comunicação: Conceitos, Escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARTINO, L. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, A. et al. (orgs.). *Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes: 2010.

MARSHALL, H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOSCOVICI, F. *Desenvolvimento interpessoal: Treinamento em grupo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

SCHLITHER, C.; KISIL, M. *Desenvolvimento de lideranças comunitárias: Reflexões e sugestões*. São Paulo: IDIS, 1008.

SCHWARTZMAN, S. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Referências em meios eletrônicos

BARRETO, F. A temática da projeção participativa: Nexos entre a psicologia ambiental e o projeto de arquitetura e urbanismo, 2005. Disponível em: <http://vsites.unb.br/fau/pos_graduacao/paranoa/edicao2005/projeto_arquitetura.p>. Acesso em 12 abr. 2011.

BENJAMIN, R. A nova abrangência da folkcomunicação. Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Universidade Metodista de São Paulo, 1999. Artigos / Unesco PCLA – Vol. I n° 1, São Paulo. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista1/artigos3.htm>> Acesso em 29 mai. 2011.

TRIGUEIRO, O. O estudo científico da comunicação. Avanços teóricos e metodológicos ensejados pela latinoamericana. Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Universidade Metodista de SP Artigos/Unesco, PCLA – Vol. II n° 2, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista6/artigo%206.htm#A%20TEORIA%20DA%20FOLKCOMUNICA%C3%87%C3%83>> Acesso em 29 mai. 2011

Beatriz Dornelles é professora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). E-mail: <biacpd@puers.br>. **Fernando Biffignandi** é arquiteto e urbanista do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre, Mestrando do Programa de Pós-Graduação Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: <biffignandi@yahoo.com>.

Recebido para avaliação em agosto de 2011. Aprovado para publicação em julho de 2012.